



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS

ATA

**I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS**

Data: 19 de abril de 2016

Horário: das 16h às 17h45

Local: Sala do Psicólogo (ao lado do Centro de Conciliação)

Participantes	Cargo e Unidade
Ricardo Antônio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Supervisor da Seção de Modernização Administrativa
Yuri Ribeiro de Carvalho	Supervisor da Seção de Tecnologia da Informação, em substituição
Eveni Alves Dias	Supervisor da Seção de Controle Interno
José Jailson dos Santos	Supervisor da Seção de Bem-Estar Social
Daty Manuela Dantas Silva	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação
Nilda Aparecida Pereira	Diretora do Núcleo Judiciário
Cynthia de Nazaré Vaz Salbé	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Gilmar Cintra de Araújo	Diretor do Núcleo de Administração
Clenys reges Rosário Pereira de Castro	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Maria Aparecida Moreira	Diretoria do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Rosilene Oliveira e Silva Avelar	Supervisora da Seção de Depósito e Arquivo Judicial e Administrativo
Iracema Ribeiro de Sena	Supervisora da Seção de Suporte Administrativo da Secretaria Administrativa
Thiago Abas de Moraes Rego	Diretora de Secretaria da Vara Única de Araguaína
Thatiana Cristina Nunes Campelo	Juíza Federal Substituta da Vara Única de Araguaína

Registre-se a ausência dos representantes da Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira (Justificada), da Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos, da Seção de Suporte Administrativo da Diretoria do Foro, que foram convocados por integrarem o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe-SJTO, e dos Diretores de Secretaria das 2ª, 3ª e 4ª Varas Federais e do Diretor de Secretaria da Vara Única de Gurupi.

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pela Supervisor da Semad, Harley Seixas, que apresentou um rápido conceito Reunião de Análise da Estratégia – RAE, contextualizando a relação da reunião com os mapas estratégicos.

1.1 Esclarecimentos sobre o monitoramento da estratégia

O Supervisor da Semad lançou o questionamento *Como saber se a Justiça Federal do Tocantins está executando bem a estratégia?*, que levou a uma pequena explanação sobre o monitoramento da estratégia, nos seguintes termos:

- O monitoramento da estratégia cabe:

- **na Justiça Federal:** ao Comitê Gestor de Estratégia – **Cogest**, composto pelos presidentes do CJF e dos cinco TRFs e seus diretores-gerais;
 - **na Justiça Federal da 1ª Região:** ao Comitê de Gestão Estratégica Regional – **CGER-TRF1**, composto pelo Presidente do TRF1 e magistrados representantes da Corregedoria Regional, Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Sistema de Conciliação, Escola de Magistratura Federal, Diretores de Foro e o Diretor-geral do Tribunal;
 - **no Tribunal:** ao Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – **Cipe-TRF1**, composto pelo Diretor-geral e por representantes das unidades organizacionais do Tribunal (área-meio e área-fim) e aos demais gestores;
 - **nas Seccionais:** aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – **Cipes** de cada Seção Judiciária e aos demais gestores.
- Existem ferramentas à disposição dos gestores e dos comitês em cada fase do monitoramento da estratégia:

Fases do monitoramento	Ferramentas disponíveis
1. MEDIR: Acompanhar o desempenho das Metas e do Plano de Ação 2015/2016	Para as Metas: Sistema de Informações Gerenciais e Estatísticas da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest Para o Plano de Ação: metodologia de gestão de projetos, SEI, MS Project, Excel, etc.
2. AVALIAR: Analisar o desempenho, detectar e formalizar problemas, identificar causas	Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) Relatórios de Execução da Estratégia (REA)
3. MELHORAR: Planejar e executar ações para corrigir os problemas, definir responsáveis e prazos	Gestão de processos de trabalho Propostas de projetos e ações
4. COMUNICAR: Fornecer aos responsáveis pela execução da estratégia <i>feedback</i> sobre o desempenho	Comunicações formais: <i>e-mails</i> , despachos no SEI, demonstrativos de resultados, boletins estatísticos, relatórios, <i>endomarketing</i> , etc.

- As reuniões de análise da estratégia têm como objetivo geral analisar o progresso da execução da estratégia e, como objetivos específicos:
 - analisar o desempenho de metas e planos de ação;
 - detectar problemas e identificar suas causas;
 - recomendar medidas preventivas e corretivas;
 - definir responsáveis e prazos.
- Nos termos da Resolução CJF 313/2014, as RAEs devem ser promovidas nos meses de março, julho e novembro de cada ano, a fim de que se possam aprofundar as análises devidas em cada órgão da 1ª Região.
- A RAE deve voltar-se para a análise do caminho crítico e apontar soluções para o cumprimento das metas e a execução dos planos de ação, produzindo o Relatório de Execução da Estratégia e, quando for o caso, recomendações e até ajustes no próprio Planejamento Estratégico.

2. Apresentação de resultados estratégicos

O Supervisor da Semad apresentou, então, o panorama dos resultados estratégicos da Justiça Federal do Tocantins, apurado nos meses de janeiro a dezembro de 2015 e o parcial de 2016, referente aos meses de Janeiro a Março de 2016, nos seguintes termos:

2.1 Metas 2015

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
94,67%	112,13%	133,18%	105,25%
1ª Vara Federal			77,23%
2ª Vara Federal			85,41%
3ª Vara JEF			71,09%
4ª Vara Federal			65,47%
JEF Adjunto Criminal			85,71%
1ª Turma Recursal: Relator-1			220,85%
1ª Turma Recursal: Relator-2			133,02%
1ª Turma Recursal: Relator-3			307,76%
Vara Única de Araguaína			42,77%
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			122,75%

Vara Única de Gurupi	79,59%	●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi	141,20%	●

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, nas **Varas Comuns**.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
93,15%	68,35%	100%	92,06%
1ª Vara Federal			89,52%
2ª Vara Federal			98,30%
Vara Única de Araguaína			68,35%
Vara Única de Gurupi			100%

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos **JEFs e Turmas Recursais**.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
99,97%	99,36%	100%	99,76%
3ª Vara JEF			99,94%
1ª Turma Recursal: Relator-1			100%
1ª Turma Recursal: Relator-2			100%
1ª Turma Recursal: Relator-3			100%
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			99,36%
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi			100%

Meta 3 – Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
106,95%	79,12%	120,67%	76,77%
1ª Vara Federal			435,21%
2ª Vara Federal			273,24%
3ª Vara JEF			119,47%
4ª Vara Federal			0%
JEF Adjunto Criminal			104,08%
1ª Turma Recursal: Relator-1			0%
1ª Turma Recursal: Relator-2			0%
1ª Turma Recursal: Relator-3			0%
Vara Única de Araguaína			397,17%
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			81,78%
Vara Única de Gurupi			421,36%
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi			104,74%

Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
78,67%	16,95%	64,29%	52,15%
1ª Vara Federal			71,43%
2ª Vara Federal			85,71%
Vara Única de Araguaína			16,95%

Vara Única de Gurupi	64,29% ●
----------------------	----------

Meta 5 – Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
115,97% ●	23,15% ●	57,53% ●	79,98% ●
1ª Vara Federal			74,42% ●
2ª Vara Federal			176,57% ●
Vara Única de Araguaína			23,15% ●
Vara Única de Gurupi			57,53% ●

Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
72,16% ●	36,59% ●	60% ●	61,35% ●
1ª Vara Federal			63,49% ●
2ª Vara Federal			87,50% ●
1ª Turma Recursal: Relator-3			100% ●
Vara Única de Araguaína			36,59% ●
Vara Única de Gurupi			60% ●

Meta 7 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
48,54% ●	59,46% ●	75% ●	51,82% ●
4ª Vara Federal			48,82% ●
1ª Turma Recursal: Relator-2			0% ●
Vara Única de Araguaína			59,46% ●
Vara Única de Gurupi			75% ●

Meta 8 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados a improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e a trabalho escravo distribuídos até 31/12/2013.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
21,92% ●	3,85% ●	20% ●	17,43% ●
4ª Vara Federal			21,92% ●
Vara Única de Araguaína			3,85% ●
Vara Única de Gurupi			20% ●

Meta 9 – Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior.

1º Grau	1ª Região
439,52% ●	344,07% ●

Meta 10 – Aumentar o índice de produtividade de servidores em relação à média do triênio anterior.

1º Grau	1ª Região
229,08% ●	282,26% ●

Meta 11 – Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos para 100% até 2020. Para 2015, a meta é atingir 70% de avaliações positivas.

1ª Região
123,80% ●

Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de magistrados abaixo ou igual a 3%.

SJTO	1ª Região
16,44% ●	0,71% ●

Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de servidores abaixo ou igual a 3%.

SJTO	1ª Região
4,66% ●	4,10% ●

Meta 13 – Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020.

1º Grau	1ª Região
Não informado	Não informado

2.2 Metas 2016 (Janeiro a Março/2016)

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
108,08% ●	51,96% ●	209,41% ●	108,88% ●
1ª Vara Federal			113,39% ●
2ª Vara Federal			97,81% ●
3ª Vara JEF			123,59% ●
4ª Vara Federal			64,47% ●
JEF Adjunto Criminal			0% ●
1ª Turma Recursal: Relator-1			1,45% ●
1ª Turma Recursal: Relator-2			140,10% ●
1ª Turma Recursal: Relator-3			159,33% ●
Vara Única de Araguaína			13,98% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			58,04% ●
Vara Única de Gurupi			43,01% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi			260,13% ●

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e pelo menos 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, **nas Varas Comuns**.

	Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
2011	81,34% ●	41,73% ●	75,64% ●	70,78% ●
2012	129,98% ●	57,80% ●	120,54% ●	103,36% ●
			2011	2012
1ª Vara Federal			74,89% ●	124,16% ●
2ª Vara Federal			93,33% ●	136,33% ●
Vara Única de Araguaína			41,73% ●	57,80% ●
Vara Única de Gurupi			75,64% ●	120,54% ●

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, **nos Juizados Especiais Federais.**

Palmas		Araguaína	Gurupi	SJTO
2012	99,94% ●	92,51% ●	100% ●	95,21% ●
2013	110,77% ●	86,60% ●	109,81% ●	97,12% ●
			2012	2013
3ª Vara JEF			99,94% ●	110,85% ●
JEF Adjunto Criminal				102,56% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			92,51% ●	86,60% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi			100% ●	109,81% ●

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e pelo menos 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013, **nas Turmas Recursais.**

Palmas		SJTO
2012	100% ●	100% ●
2013	142,86% ●	142,86% ●
		2012
1ª Turma Recursal: Relator-1		100% ●
1ª Turma Recursal: Relator-2		100% ●
1ª Turma Recursal: Relator-3		100% ●

Meta 3 – Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
621,71% ●	8,88% ●	51,28% ●	95,79% ●
1ª Vara Federal			42,08% ●
2ª Vara Federal			0% ●
3ª Vara JEF			1136,59% ●
4ª Vara Federal			0% ●
JEF Adjunto Criminal			0% ●
1ª Turma Recursal: Relator-1			0% ●
1ª Turma Recursal: Relator-2			0% ●
1ª Turma Recursal: Relator-3			0% ●
Vara Única de Araguaína			0% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Araguaína			9,44% ●
Vara Única de Gurupi			120,47% ●
JEF Adjunto Cível e Criminal de Gurupi			22,50% ●

Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
77,81% ●	26,92% ●	71,43% ●	59,82% ●
1ª Vara Federal			68,18% ●
2ª Vara Federal			84,03% ●

Vara Única de Araguaína	26,92%	●
Vara Única de Gurupi	71,43%	●

Meta 5 – Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
33,06%	19,23%	103,57%	37,14%
1ª Vara Federal			67,57%
2ª Vara Federal			24,04%
Vara Única de Araguaína			19,23%
Vara Única de Gurupi			103,57%

Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
75,61%	35,29%	47,37%	61,48%
1ª Vara Federal			70,91%
2ª Vara Federal			85,19%
Vara Única de Araguaína			35,29%
Vara Única de Gurupi			47,37%

Meta 7 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
50%	0%	0%	26,09%
4ª Vara Federal			50%
1ª Turma Recursal: Relator-2			0%
Vara Única de Araguaína			0%
Vara Única de Gurupi			0%

Meta 8 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados a improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e a trabalho escravo distribuídos até 31/12/2014.

Palmas	Araguaína	Gurupi	SJTO
19,35%	6,97%	19,05%	15,98%
4ª Vara Federal			19,05%
Vara Única de Araguaína			6,97%
Vara Única de Gurupi			19,35%

2.3 Plano de Ação 2015/2016:

Dos 4 projetos e ações inseridos no Plano de Ação 2015/2016, 1 (um) já foi concluído e os outros 3 (três) estão com andamento atrasado ou correndo risco de atraso em relação ao prazo previsto para sua conclusão:

Situação em Março/2016	Quantidade de projetos e ações
Concluídos ou dentro do prazo previsto	1
Atrasados ou com risco de atraso	3

- Projetos e e ações classificados como atrasados ou com risco de atraso:

Projeto/Ação	Situação	Observações
Criação da sala de treinamentos	O projeto está em execução, entretanto sua data de conclusão era Dezembro/2015. A reforma da sala está prevista de conclusão para Maio/2016.	Foi incluído na proposta orçamentária de 2017 recursos para o mobiliário da sala.
Excelência na Gestão Administrativa	O projeto está em execução e dentro do prazo previsto, que é Dezembro/2016. Entretanto está com risco de atraso tendo em vista que a Semad possui um único servidor para executar o projeto.	O projeto foi iniciado pelos processos de trabalho do Nucre.
Criação da Carta de Serviços da SJTO	O projeto está em execução e dentro do prazo previsto, que é Dezembro/2016. Entretanto está com risco de atraso tendo em vista que a Semad possui um único servidor para executar o projeto.	O projeto requer habilidades em edição de imagens que está pendente.

3. Deliberações do CIPE-SJTO

Com base nos resultados estratégicos apurados, relativos ao ano de 2015, o CIPE-SJTO verificou que a SJTO não logrou alcançar o integral cumprimento das Metas de 2015, nem a execução tempestiva de todos os projetos que fazem parte do Plano de Ação 2015/2016.

A partir da análise dos resultados parcial (Janeiro a Março) das Metas de 2016, verificou-se que muito tem a ser feito para que a Seccional do Tocantins alcance as metas propostas. Ao longo da reunião muitas manifestações foram realizadas, quanto a possíveis causas e solução para as situações das metas, relatadas a seguir:

3.1 Quanto ao Plano de Ação:

- O Supervisor da Semad ressaltou a ausência de projetos/ações voltadas para a área judiciária, que correspondem quase que a totalidade das metas. Na ocasião da elaboração do Plano de Ação 2015/2016, em março de 2015, apesar da solicitação, não houve indicação de projetos/ações voltados para o alcance das Metas 1 a 8.
- O Diretor da Secad ratificou a colocação do Supervisor da Semad, ressaltando a importância da indicação de tais projetos. Apontou ainda, que por vezes, existem ações que são realizadas dentro das secretarias das varas que cooperam para o alcance das metas, entretanto essas ações não são documentadas ou publicizadas.
- O Diretor da Secad salientou ainda a importância de formalizar os projetos/ações, uma vez que os mesmos, quando requerem o uso de recursos orçamentários/financeiros, devem fazer parte da proposta orçamentária da Seccional.
- Quanto a proposta orçamentária, foi informado pelo Diretor da Secad, que tendo em vista o prazo esgotado para o envio de novas propostas neste momento, a proposta foi enviada na data de hoje, 19/04/2016, sendo incluídos como projetos estratégicos, além dos já previstos no plano de ação (criação da sala de treinamento e ginástica laboral), a instalação das novas varas (5ª Vara Federal em Palmas e 2ª Vara Federal em Araguaína).
- O Diretor da Secad informou que o envio da proposta orçamentária de 2017 para a Dipla não impede a elaboração de novos projetos e ações, uma vez que existem as datas de envio de solicitações de crédito adicional.
- Foi proposto pelo Diretor da Secad a continuação da RAE em nova data, com a participação efetiva de todos os demais diretores de secretaria, para a elaboração de projetos e ações que visem melhorar o desempenho da seccional no alcance das metas.

3.2 Quanto às Metas voltadas para a área fim:

- O Supervisor da Semad constatou a necessidade de promover ações que estimulem o julgamento de processos antigos, que impactam diretamente no alcance das metas.
- A Diretora da 1ª Vara solicitou que fosse enviado aos diretores de vara as estatísticas das metas e a relação dos processos que impactam as metas nacionais.
- A Diretora do Cejud salientou a necessidade da implantação de serviço de conciliação em Araguaína, uma vez que possuem vários inscritos no curso de conciliador voluntário para aquela cidade.
- A Juíza Federal Substituta da Subseção Judiciária de Araguaína apontou a dificuldade enfrentada nos processos de conciliação na Subseção, uma vez que os órgãos e entidades não possuem representação em Araguaína, o que impede o agendamento de audiências. Sendo apontado este fato como um dos principais motivos para o baixo desempenho nas metas.
- A Diretora do Cejud reiterou o problema enfrentado em Araguaína, lembrando do "movimento conciliação 0" promovido pelos órgãos de representação.

- Foi apontado, também, pela Juíza Federal de Araguaína, o escasso quadro de servidores da subseção. De acordo com a Juíza, o quadro tem se agravado ainda mais com as remoções de servidores para acompanhar cônjuge, que prende a vaga, e os afastamentos e férias dos servidores, o que tem comprometido em muitos os trabalhos da vara, que possui enorme acervo.
- O Diretor da Secad disse que a administração está buscando soluções para o enfrentamento dos problemas da Subseção.
- O Supervisor da Semad informou que todas as colocações constarão da ata da reunião, que será encaminhada ao COGER-TRF1.
- A Diretora do Nucre informou que está acompanhando a situação dos servidores, não só de Araguaína, mas de toda a Seccional, e verificando como ajudar quanto a força de trabalho.
- A Juíza Federal de Araguaína apontou a dificuldade de realização de audiências, tendo em vista a existência de somente uma sala de audiência em Araguaína, o que tem afetado nos resultados da Subseção.
- O Diretor da Secad informou que a estrutura física das Subseções segue um padrão de toda a 1ª Região, além dos normativos do CNJ e CJF que disciplinam a matéria.

3.3 Quanto às Metas voltadas para a área meio:

- Os números da produtividade de magistrados e servidores demonstram que a 1ª Região tem se esforçado até o limite do possível para aumentar a produtividade com os insuficientes recursos humanos e orçamentários disponíveis, sendo necessária urgente intervenção na recomposição de sua força de trabalho e na distribuição dos recursos orçamentários.
- Os níveis de absenteísmo de magistrados e servidores está bastante alto. A Diretora do Nucre informou que irá acompanhar a situação dos servidores e verificar como ajudar, apontando a possibilidade de se utilizar o serviço de psicologia para tentar minimizar o número de afastamentos e o adoecimento da força de trabalho.
- O Supervisor da Sebes informou que no ano de 2016 está sendo realizado um controle maior sobre os exames periódicos de saúde, o que possibilitará a medição do indicador ao final do ano.

4. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO

- Agendar a continuação da RAE para o dia 25 de abril de 2016, às 16h, com a participação efetiva de todos os diretores de secretaria das varas, com a participação das subseções por meio de videoconferência.
- Enviar os relatórios das metas para os Diretores de Secretaria, com as respectivas listas de processos impactados por cada meta.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 22/04/2016, às 10:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Supervisor(a) de Seção**, em 22/04/2016, às 12:37 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nilda Aparecida Pereira, Diretor(a) de Núcleo**, em 22/04/2016, às 13:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbê, Diretor(a) de Núcleo**, em 22/04/2016, às 14:17 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Ribeiro de Sena, Técnico Judiciário**, em 22/04/2016, às 14:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clenys Reges Rosário Pereira de Castro, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 22/04/2016, às 14:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Ribeiro de Carvalho, Técnico Judiciário**, em 22/04/2016, às 14:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eveni Alves Dias, Supervisor(a) de Seção**, em 22/04/2016, às 15:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daty Manuela Dantas Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 22/04/2016, às 15:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Abas de Moraes Rego, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 22/04/2016, às 18:54 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thatiana Cristina Nunes Campelo, Juíza Federal Substituta**, em 22/04/2016, às 19:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 02/05/2016, às 14:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **2073498** e o código CRC **1B911120**.